



45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

Breve História da Experiência Jugoslava (1918-91)

A short overview of the history of the Yugoslav experiment 1918-1991

MILAN RISTOVITCH

Universidade de Belgrado
ristovicm@yahoo.com

Resumo:

O texto é uma tentativa de num pequeno número de páginas apresentar os processos e fenómenos fundamentais dos sete decénios da existência do Estado jugoslavo. A Jugoslávia surgiu sob a designação de Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (até 1929) e foi resultado da I Guerra Mundial e da longa história da aspiração pela unificação destes povos próximos pelas origens, línguas e história. Durante o Século XX, teve os seguintes períodos:

- de 1918-1941, uma monarquia parlamentar que, a partir de 1929, teve vários anos de ditadura real, foi atingida por irresolúveis relações entre as suas nacionalidades, conflitos por soluções constitucionais, subdesenvolvimento económico e esteve rodeada de vizinhos com aspirações ao seu território;
- em Abril de 1941, o seu território foi ocupado ou anexado por parte da Alemanha nazista, Itália fascista e dos seus satélites do sudeste europeu (Hungria, Bulgária, Estado Independente da Croácia e Albânia). A ocupação trouxe o extermínio maciço de povos pela sua nacionalidade (judeus, sérvios e rons), provocou um levantamento armado de movimentos de resistência, mas também a guerra civil (entre o Movimento de Libertação Popular, partizan e sob o comando do PCJ, e as forças monárquicas, tchétniques, do general Mihailovitch);

Abstract:

The text is an attempt to present the basic processes and phenomena related to the seven decades of existence of the Yugoslav state. Yugoslavia, which was created under the original name as the Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes (1929 changed to the Kingdom of Yugoslavia) was a result of the First World War and the long history of striving for the unification of the South Slav peoples related by descent, language and history. Yugoslavia during the twentieth century passed through several phases; 1918-1941 as unstable parliamentary monarchy, which from 1929 went through several years of royal dictatorship, and was affected by the unresolved inter-ethnic relations, conflicts over constitutional solutions, economic underdevelopment and was surrounded by hostile neighbors with aspirations of its territory.

From April 1941 its territory was occupied and annexed by Nazi Germany, Fascist Italy and its southeast European satellites (Hungary, Bulgaria, the Independent State of Croatia, Albania). The occupation has brought massive destruction and suffering of the people due to their ethnicity (Jews, Serbs, Roma), or political beliefs. The occupation led to a widespread outbreak of an armed resistance movement against the occupying forces and their collaborators, but also opened the space for of the Civil War (between the National Liberation Movement-Partizans under the leadership of Communist and monarchist and nationalist forces of General Mihailovitch).

– saindo da guerra, em 1945, como a força política e militar vencedora, os comunistas jugoslavos abriram uma nova fase na história jugoslava. Até finais dos anos 40, houve uma versão jugoslava da ditadura estalinista. Desde o início dos anos 50 e depois do conflito Tito-Estaline, uma versão jugoslava do comunismo-socialismo (socialismo autogestionário), aproximação do Ocidente, criação do Movimento dos Não-Alinhados, o culto de Tito, Estado federal e modernização económica e social. Os problemas nacionais e económicos por resolver como a incapacidade para uma profunda reforma democrática do país provocaram o reforço do nacionalismo e separatismo. Uma crise que depois da morte, em 1980, de Josip Broz Tito até início da década de 90, uma escalada da crise que conduziu a federação jugoslava à desintegração através duma sangrenta guerra civil.

Palavras chave:

Balcãs; Século XX; Jugoslávia; questão nacional; rei Alexandre; república; comunismo; Iosip Broz Tito.

Emerging from the war as the winning political and military power Yugoslav communists 1945 opened a new phase of Yugoslav history (as:Yugoslav Democratic Federation, then Federal Peoples Republic of Yugoslavia and later as Socialist Federal Republic of Yugoslavia) until the end of the 1940s they built the Yugoslav version of the Stalinist dictatorship; since the beginning of the 1950s, and after the conflict between Tito and Stalin, begins the search for the Yugoslav version of communism-socialism (self-governing socialism), with the approaching the West, with an important role in the creation of the Non-Aligned Movement, the strong personal cult of Tito, building a federal structure of the state, with economic and social modernization.

Unresolved national and economic problems as well as an unwillingness to further democratic reforming the country and its political system, led to the strengthening of nationalism, separatism, and the opening of the deep crisis, which after the death of lifetime president Josip Broz Tito in 1980, until the beginning of the 1990s escalated and led the Yugoslav federation to the collapse in the bloody civil war.

Keywords:

The Balkans; twentieth century; Yugoslavia; national question; monarchy; King Alexander; communism; Josip Broz-Tito.

I

O Estado que existiu – sob diversas designações (Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, Reino da Jugoslávia, Jugoslávia Democrática Federativa, República Popular Federativa da Jugoslávia, República Socialista Federativa da Jugoslávia e República Federal da Jugoslávia) e sistemas político-ideológicos – na parte central dos Balcãs quase sete decénios e meio, acabou dramaticamente a sua existência num caos sangrento durante os anos noventa do século passado. As guerras nas quais desapareceu como Estado, foram também a total anulação das ideias de que surgiu, se fez e conseguiu sobreviver a períodos de crise e abalos que sacudiram com frequência os seus alicerces.

Desde o momento, em Belgrado (1/Dez./1918), quando o regente sérvio Alexandre Karadjordjevitch proclamou, perante a delegação do Conselho Nacional –os seus membros eram representantes dos povos eslavos do Sul da monarquia dos Habsburgos e tinham apresentado essa petição –, «*a unificação da Sérvia com os países do Estado Independente dos Eslovenos, Croatas e Sérvios no unitário Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos*¹», o novo Estado encontrou-se confrontado com grandes desafios internos e externos, que ameaçaram a sua sobrevivência e como resposta obrigaram à invenção e condução de uma política bastante complexa.

Desde a ideia da comunidade dos povos eslavos do Sul (sérvios, croatas e eslovenos, enquanto as combinações com os búlgaros foram mais raras) até à sua realização com a criação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (desde 1929, Reino da Jugoslávia), o percurso foi longo e complicado. Primeiramente, a ideia apareceu na sua forma moderna e começou a circular, antes de tudo nos meios romântico-nacionalistas da jovem *intelligenza* dos eslavos do Sul na monarquia dos Habsburgos, como «*ideia ilírica*». Segundo ela, os eslavos do Sul eram «*herdeiros legítimos*» e directos dos antigos ilíricos². Esta

¹ No Império Austro-Húngaro, encontravam-se os territórios dos actuais estados (Eslovénia, Croácia e Bósnia e Hertsegovina) e da região autónoma da Voivodina na Sérvia. Então, sob a administração húngara estavam a Voivodina e a Croácia (excepto a Dalmácia que com regiões eslovenas e a Bósnia e Hertsegovina dependiam de Viena e o território da Região Militar). Além de razões políticas e nacionais internas, a petição de unificação exprimia também um claro receio da política expansionista italiana. Vd. «*Petição da delegação da Assembleia Nacional dos SCE (N.do T.: Sérvios, Croatas e Eslovenos) ao príncipe real Alexandre e sua resposta*», Branko Petranovitch e Momtchilo Zetchevitch, *Jugoslávia 1918-1988 (Colectânea temática de documentos)*, Belgrado, 1988 (em sérvio-croata), p.135-137. Na bibliografia citada, os títulos das obras, editadas em Belgrado foram traduzidas para português.

² Acerca do «movimento ilírico»: John Lampe, *Yugoslavia as History. Twice there was a Country*, Cambridge 2000, p. 39-41.

explicação foi, na primeira metade do século XIX, bastante divulgada entre os ideólogos nacionalistas croatas, enquanto, nesse tempo, os sérvios na Sérvia estavam virados para a libertação do poder otomano e a restauração do Estado nacional, procurando o apoio e a legitimidade do renascimento nacional na tradição do Estado medieval sérvio e na luta contra o poder estrangeiro³. Ao mesmo tempo, nos territórios dos Habsburgos, os sérvios que eram cerca de metade da população sérvia (no espaço dos eslavos do Sul) lutavam pela preservação da sua autonomia religiosa e cultural, e pela sua organização política, mas com uma activa participação nos movimentos políticos e culturais na Sérvia⁴. Desde meados do século XIX, uma nova razão foi encontrada na ideia da origem eslava comum e da solidariedade e, assim, na necessidade da cooperação entre os povos eslavos do Sul. Nisto, teve um importante papel a actuação do reformador da língua, historiador e etnólogo sérvio Vuk Stefanovitch Karadjitch e seus jovens discípulos sérvios e croatas⁵. A afinidade étnica, cultural e linguística, juntamente à existência de diferenças religiosas (ortodoxos, católicos e muçulmanos) numa história de vários séculos sob a dominação estrangeira (Habsburgos, otomana e veneziana) e a sensação de perigo dos pequenos povos eslavos do Sul são só alguns dos elementos que influenciaram a expansão da ideia jugoslava e da propagação da necessidade de se chegar até à criação de um Estado comum. Esta ideia, em diversas variantes, não encontrou a mesma recepção por toda a parte durante o seu desenvolvimento até à I Guerra Mundial. Devido a estarem sujeitos à pressão e à política desnacio-

³ Na Sérvia (1804-13), a «Primeira Insurreição Sérvia» contra o Império Otomano estabeleceu as primeiras bases para a restauração do Estado nacional. À sua frente encontrou-se Djordje Petrovitch-Karadjordje (1768-1817), e dele surge uma das duas dinastias rivais sérvias. Em 1815, começou a segunda insurreição, sob a chefia de Miloche Obrenovitch (1780-1860), fundador da dinastia Obrenovitch. Miloche conseguiu obter – aproveitando o enfraquecimento do poder central em Constantinopla e a situação política externa, mais um hábil jogo diplomático – o título hereditário de príncipe e o estatuto autonómico para a Sérvia. Esta autonomia aumentou até 1867, quando as tropas turcas foram obrigadas a abandonar o Principado da Sérvia que, após a guerra contra o Império Otomano (1876-78), alcançou o reconhecimento da sua independência no Congresso de Berlim. Em 1882, foi proclamado o Reino da Sérvia. Vd.: Charles and Barbara Jelawich, *The Establishment of the Balkan National States, 1804- 1920*, Seattle and London, 1977, pg. 26-37; Sima Ćirković, *The Serbs*, Oxford 2004.

⁴ Sobre a história dos sérvios na Voivodina: Duchan J. Popovitch, *Srbi u Vojvodini*, 3 vol., Novi Sad, 1957-1963 e 1990.

⁵ Vuk Stefanovitch Karadjitch (1787-1864), reformador linguista, etnólogo, escritor e historiador. Figura chave da cultura sérvia do Séc. XIX. A reforma da língua e do alfabeto cirílico sérvio foi feita sob a influência de Herder, os irmãos Grimm e outros ideólogos e reformadores nacionalistas da Europa Central.

nalizadora dos húngaros, alemães e italianos (a maior parte da Croácia fazia parte da Hungria, enquanto a Dalmácia estava sob o poder directo de Viena), os croatas eram mais favoráveis à «*solução jugoslava*»⁶. Numa situação ainda mais difícil estavam os pouco numerosos eslovenos, expostos a uma forte germanização. Quanto aos sérvios, tanto aqueles na Sérvia e Montenegro, como a numerosa comunidade sérvia na Monarquia dos Habsburgos, eram-lhes mais atractivos os planos da restauração do Estado e da unificação nacional – a Sérvia e o Montenegro receberam a total independência, em 1878, no Congresso de Berlim –, mas também entre eles a ideia jugoslava encontrou numerosos seguidores.

As guerras balcânicas (1912-13), das quais a Sérvia e o Montenegro saíram como vencedores e com grandes aumentos territoriais, reforçaram também o movimento jugoslavo no Império Austro-Húngaro⁷. A I Guerra Mundial foi também uma viragem a respeito da realização da ideia jugoslava. No primeiro ano da guerra, em Novembro de 1914, o governo sérvio incluiu não só a defesa da sua independência, mas também «a luta pela libertação de todos os irmãos Sérvios, Croatas e Eslovenos» na Monarquia dos Habsburgos e a criação de uma monarquia unitária e parlamentar jugoslava, o que foi incluída, em finais de 1914, na declaração governamental («A Declaração de Niche»)⁸. Em Londres (1915), um Comité Jugoslavo foi formado por emigrantes da Monarquia dos Habsburgos (financiado pelo governo sérvio), e que trabalhava na obtenção de apoios internacionais para a unificação jugoslava, em particular, entre os aliados ocidentais.

A ruptura da defesa sérvia, no Inverno de 1915-16, pelo ataque dos exércitos alemão, austro-húngaro e búlgaro sob o comando do marechal alemão Mackensen conduziu à retirada do rei Petar I, governo e Assembleia com as restantes forças militares e refugiados civis, através das montanhas da Albânia até às costas da Grécia, onde foi organizada a sua evacuação em navios aliados para a ilha de Corfu, que acolheu a sede provisória do governo sérvio⁹. Estes dramáticos acontecimentos não interromperam esse esforço pela unificação.

⁶ Acerca das ideias jugoslavistas na Croácia: J. Lampe, *Yugoslavia...*, p.58-65.

⁷ Sobre as guerras balcânicas: Stevan K. Pavlowitch, *The Balkans 1804-1945*, New York, 1999, p.196-202.

⁸ Branko Petranovitch e Momtchilo Zetchevitch, *A Jugoslávia 1918-1988 (colectânea temática de documentos)*, Belgrado, 1988, p. 37.

⁹ A retirada através da Albânia ficou na memória colectiva e na historiografia, por causa do grande sofrimento e numerosas vítimas, como o «gólgota albanês». De fins de 1915 até Novembro de 1918, a Sérvia foi dividida em três zonas de ocupação: o governador-geral austro-húngaro; a zona de ocupação búlgara no sul e sudeste; a alemã que dominava as linhas principais de

Foi organizada uma ampla actividade propagandista no estrangeiro por parte do governo sérvio, como também pela emigração jugoslava no estrangeiro (impressão de revistas, livros, conferências e exposições de artistas jugoslavos e outras)¹⁰. Ao mesmo tempo, houve conversações entre representantes do governo sérvio e do Comité Jugoslavo. Nelas, apareceu a existência de sérias diferenças no entendimento dos princípios, nos quais, o novo Estado se deveria fundamentar (centralismo ou federalismo), mas também quanto ao papel e o estatuto do Comité Jugoslavo, que exigiu ser reconhecido como um factor com igualdade de direitos no processo da unificação¹¹. Além disso, o maior perigo para o ainda não formado Estado jugoslavo representava também a política dos grandes aliados da Sérvia – as potências da *Entente* –, que, através do Acordo de Londres (1915), propuseram à Itália pela sua entrada na guerra a maior parte das costas orientais do Mar Adriático¹².

Em Maio de 1917, os representantes jugoslavos no parlamento vienense apresentaram uma declaração, em que aprovavam a unificação dos sérvios, croatas e eslovenos num «corpo estatal autónomo», mas sob soberania da dinastia dos Habsburgos, o que, apesar do seu carácter legitimista, conduziu a uma expansão do movimento por uma alargada unificação jugoslava¹³. Em Julho de 1917, finalmente, nas conversações com o Comité Jugoslavo prevaleceu a influência e a argumentação do governo sérvio que o futuro Estado deveria ser uma monarquia unitária e parlamentar com o rei da dinastia sérvia dos Karadjordjevitch, o que foi oficializado, em Corfu, com a assinatura da declaração das duas partes. Na Declaração, foi realçado que os sérvios, croatas e os eslovenos são «um povo» com «três nomes» e «iguais pelo sangue, pela língua falada e escrita, pelos sentimentos da sua unidade, pela continuidade e a totalidade do território [...] pelos interesses comuns¹⁴».

comunicação do Danúbio para as fronteiras gregas. Vd. Andrej Mitrović, *Serbia's Great War 1914-1918*, London, 2007.

¹⁰ Dos trabalhos científicos publicados durante a guerra, deve-se salientar a grande influência da monografia de Iovan Tsevítch (1865-1927), conhecido geógrafo e antropólogo: Iovan Cvijić, *La Péninsule Balkanique. Géographie Humaine*, Paris 1918.

¹¹ Branko Petranovitch, *A História da Jugoslávia (1918-1978)*, Belgrado, 1981, p. 23-23.

¹² A Itália deveria receber pela entrada na guerra por parte da *Entente* toda a costa oriental do Adriático com parte do litoral (Ístra, golfo de Kvarner com as ilhas, Dalmácia, Boka Kotor e parte da costa albanesa).

¹³ Branko Petranovitch, *A História...*, p. 25.

¹⁴ Branko Petranovitch, Momtchilo Zetchevitch, *A Jugoslávia 1918-1988*, «A Declaração de Corfu de 20/Jul./1917», p. 66-68.

Na fase final da guerra, no Outono de 1918, nas regiões dos eslavos do Sul no Império Austro-Húngaro, chegou-se à formação de «*conselhos nacionais*» e «*comités nacionais*» que proclamaram a unificação com a Sérvia e o rompimento das ligações com Viena e Budapeste. Em Genebra, depois de novas conversações com inúmeros desacordos entre os representantes do governo sérvio e do Comité Jugoslavo acerca do processo de unificação e organização do Estado, durante os meses de Outubro e Novembro de 1918, o presidente do governo da Sérvia, Nikola Pachitch¹⁵, assinou com os representantes do Conselho Nacional de Zagreb e o Comité Jugoslavo a declaração da unificação, sem prejuízo da forma do regime estatal e a organização interna do Estado¹⁶. Em Podgoritsa, em Novembro, a Grande Assembleia Nacional aprovou a decisão da unificação do Montenegro com a Sérvia¹⁷. Este processo terminou, em 1 de Dezembro, com a citada proclamação do regente Alexandre (rei desde 1921) sobre a unificação num Estado comum, como uma monarquia unitária e parlamentar.

Desde o seu primeiro dia, o novo Estado foi confrontado, além do processo de reconhecimento internacional, com enormes problemas: definição e defesa das fronteiras; países vizinhos inimigos; instabilidade interior; aparecimento do separatismo; revoltas armadas (principalmente, da minoria albanesa¹⁸); dificuldades económicas, em particular, na parte sérvia do Estado devastada pelas destruições da guerra e da ocupação austro-húngara e búlgara; enormes perdas humanas (entre 700 e 800 000 mortos, 114 000 inválidos militares, perto de 500 000 crianças sem um ou ambos os pais numa população de cerca de 4 milhões de habitantes¹⁹); mas, também, o aparecimento bem visível das grandes diferenças políticas acerca da organização do Estado e suas relações internas. Todavia, apesar de todos os problemas, podemos concordar que o novo Estado foi, no fundo, a concretização tanto das declarações, como dos proclamados objectivos de guerra do governo sérvio e do pragmatismo dos

¹⁵ Nikola Pachitch (1845-1926) – um dos fundadores do primeiro moderno partido político na Sérvia, o Partido Popular Radical (1881). A sua longa carreira política foi caracterizada pela luta socialista-populista contra a autocracia real, a emigração, longos e curtos mandatos presidenciais e reviravoltas para o conservadorismo e o monarquismo. Deixou um traço indubitável na história política sérvia e jugoslava. Vd. Djordje Stankovitch, *Nikola Pašić e os Croatas*, Belgrado, 1995.

¹⁶ Ibid: p. 115-122. Acerca da unificação, também ver: Dimitríe Djordjevitch (ed.), *The Creation of Yugoslavia 1914-1918*, Santa Bárbara, Califórnia, 1980.

¹⁷ Dimitríe-Dimo Vuiovitch, *A Unificação do Montenegro e a Sérvia*, Titograd, 1962.

¹⁸ Sobre o problema albanês na Jugoslávia: Andrej Mitrović (coord.), *Serbs and Albanians in the 19th and 20th Century*, Belgrado, 1991.

¹⁹ B. Petranovitch, *História da ...*, p. 35.

políticos das ex-regiões dos Habsburgos. Ele foi também possível devido ao processo iniciado, no fim da guerra, com a realização da nova doutrina (de Wilson) acerca da autodeterminação dos povos²⁰.

II

O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos /Jugoslávia tinha 248 666 km² e cerca de 14 milhões de habitantes (1931). De um ponto de vista étnico (Vd. Anexos-I, II), os sérvios eram 44,57%, os croatas 23,50%, os eslovenos 8,51% e os muçulmanos 6,29%. Segundo o aspecto religioso, em 1921, os ortodoxos eram 5,5 milhões ou 46,67%, católicos 4,7 milhões e muçulmanos 1,3 milhões. Pela sua estrutura social, a Jugoslávia foi, entre as duas guerras mundiais, um país com uma população rural superior a 70% . Cerca de dois milhões dos seus habitantes pertenciam às minorias nacionais (1921)²¹.

Contudo, o problema do reconhecimento internacional e a demarcação dos seus limites territoriais colocaram-se durante a Conferência de Paris (1919-20), onde a voz da sua delegação, como também dos restantes pequenos estados, não foi muito ouvida, nem se ouviu. A delegação jugoslava foi reconhecida só como delegação do Reino da Sérvia. Os reinos da Sérvia e Montenegro continuaram a ser reconhecidos pelo Direito Internacional como sujeitos, apesar da sua integração no novo Estado²². Ao contrário da Polónia e Checoslováquia, que lhes foi reconhecido imediatamente o estatuto de estados soberanos, à Jugoslávia isso foi-lhe recusado em Paris. Tal estatuto do novo Estado comum dos eslavos do Sul foi preciso lutar por ele, rompendo através da rede de diferentes posições e interesses das grandes potências, em cujas mãos estava todo o poder de decisão a seu respeito. O primeiro reconhecimento foi recebido por parte do governo dos EUA (7/Fev./1919), cujo presidente Wilson mostrou, como ideólogo e criador de novos princípios do sistema internacional, uma maior compreensão pela nova situação. Depois de uma longa indecisão, por consideração pela Itália, somente, em Junho de 1919, se seguiram os reconhecimentos da França e Grã-Bretanha²³.

²⁰ Stevan K. Pavlowitch, *The Balkans*, p.224.

²¹ B. Petranovitch, *A História...*, p. 29, 32.

²² Andrei Mitrovitch, *A Jugoslávia na Conferência de Paz (1919-1920)*, Belgrado, 1969.

²³ Andrej Mitrović, «*The Yugoslav question, the first World War and the peace Conference, 1914-1920*», in Dejan Djokić (coord.), *Yugoslavism. Histories of a failed Idea 1918-1992*, London, 2003, p. 42-56.

As fronteiras do novo Estado englobavam os territórios dos reinos da Sérvia e do Montenegro, as regiões austríacas da Kraína e parte das de Chetaier (Steiermark) e Korucheka, Dalmácia, Croácia-Eslavónia, Voivodina e Bósnia e Hertsegovina. Em relação às fronteiras com os países vizinhos foi conduzida uma longa luta diplomática, durante e após a Conferência de Paz (cujos resultados não satisfizeram totalmente a ninguém), porque estas foram impostas à parte jugoslava, em grande medida, pelas decisões das potências aliadas. O novo Estado jugoslavo encontrou-se na base do «*pilar europeu*» – uma série de novos países que nas ruínas dos grandes impérios surgiu do Mar Adriático até ao Báltico. A Jugoslávia fazia parte desse espaço europeu, que, por um lado, jogou o papel de «*cordão sanitário*» contra a expansão do bolchevismo a leste e, por outro lado, foi uma arena do choque de interesses das potências vencedoras com os estados derrotados que aspiravam a uma revisão dos acordos de Paris. Ao campo revisionista juntou-se também a Itália, descontente com o cumprimento parcial das reivindicações territoriais prometidas, em Londres (1915), por parte da *Entente*²⁴.

Desde o primeiro dia da existência do novo Estado, a questão constitucional foi o «*pomo de discórdia*», ou seja, o conflito implacável das diversas concepções de regulamentação das relações entre as três principais entidades «tribais» (nacionais) constituintes – sérvios, croatas e eslovenos. Em Junho de 1921, a primeira Constituição – aprovada pela Assembleia Constituinte com a abstenção dos deputados croatas e eslovenos – estabeleceu um sistema baseado numa monarquia unitária e parlamentar com a dinastia dos Karadjordjevitch. Nesse ano, em Agosto, por causa da tentativa de atentado contra o regente, depois, Rei Alexandre, foi votada uma lei de defesa do Estado, que proibiu o Partido Comunista da Jugoslávia (fundado em 1919)²⁵. Em 1922, foi efectuada a divisão do país, em lugar das regiões históricas, em 33 distritos, como uma das medidas para neutralizar a homogeneização nacional. Foi propagada a existência de um «*povo jugoslavo*» constituído por «*três tribos*» (sérvios, croatas e eslovenos), enquanto o estatuto de nação não foi reconhecido às populações eslavas muçulmana e da Macedónia («*a Sérvia do Sul*»). Durante todo o período entre as duas guerras, um problema particular – a questão das minorias²⁶ – ficou por resolver, como também o problema macedónico, que foram uma fonte de constantes tensões internas e de más relações

²⁴ A.Mitrović, *Serbia's Great War*, London, 2007.

²⁵ (AA.VV.), *A História da Liga dos Comunistas da Jugoslávia*, Belgrado, 1985.

²⁶ No Reino SCE, as minorias nacionais mais numerosas foram as seguintes: a alemã e a albanesa (cerca de 500 000 pessoas); a húngara (cerca de 400 000).

com países vizinhos, que utilizaram a questão das minorias como pressão no governo em Belgrado. A Jugoslávia defrontou-se rapidamente, apesar das tentativas de construção «por cima» da «nação jugoslava», com os nacionalismos cada vez mais fortes que erodiram até a ideia do Estado comum. Tanto na primeira Jugoslávia (1918-45), como na segunda (pós-1945), as forças do nacionalismo mostraram-se muito mais vitais do que os programas e influências ideológicas e políticas. Igualmente, o nacionalismo mostrou-se capaz de absorver e «nacionalizar» muitos dos postulados ideológicos (como também foi o caso com parte da elite política, tanto no reino, como na república jugoslava).

O reino foi confrontado também com o facto de ser constituído por regiões, que pela primeira vez na história se encontraram num Estado comum com diferentes tradições políticas, económicas, administrativas e sistemas educacionais, como também com grandes e insuperáveis diferenças no desenvolvimento. A conexão ia lentamente e com dificuldades: a unificação jurídica dos elementos básicos mais importantes para o funcionamento do Estado demorou todo um decénio. Assim, por exemplo, nas partes do Estado que estavam, em 1918, nas fronteiras do Reino da Sérvia, continuou em vigor, até finais de 1920, o Código Civil de 1844, enquanto nas ex-regiões austro-húngaras continuou-se a utilizar a legislação do anterior império. O mesmo se passou com o sistema escolar e a organização administrativa. As grandes diferenças regionais no desenvolvimento económico, ligadas também a uma infra-estrutura insuficientemente desenvolvida, em particular, de linhas férreas e estradas, uma concentração da indústria e do capital financeiro num pequeno número de centros (no norte e ocidente do país), grande dependência da influência económica estrangeira, desequilibrado desenvolvimento entre a agricultura e os principais sectores económicos e a sua vulnerabilidade perante as crises, foram só alguns dos factores que dificultaram a integração interna do Estado jugoslavo. Durante os anos 30, uma intervenção estatal na indústria e nos transportes tentou efectuar a rápida modernização da sua economia. Foram tempos em que o predomínio alemão suplanta o francês e britânico nas trocas externas comerciais, transformando a Jugoslávia numa parte do seu «incógnito império económico». Com o aumento da influência económica da Alemanha e da Itália chegou o aumento da influência política²⁷

²⁷ V. Andrej Mitrović, «*Ergänzungswirtschaft. The Theory of an integrated Economic Area of the Third Reich and Southeast Europe (1933-1941)*», in *The Third Reich and Yugoslavia 1933-1945*, Institute for Contemporary History, Belgrade, 1972.

Os conflitos políticos foram uma constante ameaça para a existência do país desde os seus primeiros dias e tiveram, em grande medida, uma «cor nacional»: o principal problema político era o das relações dos factores sérvio e croata, jogando os eslovenos e muçulmanos o papel de «*fiel da balança*». Enquanto as principais alavancas políticas estavam, frequentemente, nas mãos dos políticos da Sérvia (obrigatoriamente com a participação dos eslovenos, esporadicamente, também com alguns partidos croatas e muçulmanos), as alavancas do poder económico encontravam-se concentradas nas partes ocidentais e nortistas do país (Eslovénia, Croácia e Voivodina). A instabilidade do sistema aparece também no facto de que até 1941, na Jugoslávia, houve mais de 20 governos de coligação, assim como frequentes cisões nos partidos políticos. O factor político com largos poderes e grandes ambições soberanas foi o rei Alexandre. Os conflitos na relação Zagreb-Belgrado, depois do rompimento da curta coligação do Partido Popular Radical sérvio e o Partido Camponês Croata (1927), culminaram com o atentado na Assembleia Nacional (Jun./28) de um deputado radical contra o chefe da oposição croata, Stjepan Raditch, o que conduziram a protestos anti-regime, ao agravamento da questão constitucional e uma grave crise parlamentar²⁸.

Crise essa que o rei tentou suprimir, em 6 de Janeiro de 1929, com a suspensão da Constituição, proibição da actividade de todos os partidos políticos e instauração de uma ditadura pessoal. Foi efectuada uma nova divisão territorial com nove regiões (*banovinas*) – a décima unidade era a da capital Belgrado. As suas fronteiras (excepto no caso esloveno) cortavam territórios étnicos e religiosos homogéneos, como também fronteiras históricas. Foi efectuada a correcção da ideologia estatal que então tinha estado ao serviço da criação da «*nação jugoslava integral*».

O rei tinha o apoio do exército e dos meios económicos que consideravam a ditadura como uma medida necessária para a estabilização do Estado e neutralização das lutas políticas. A intenção do regime foi diminuir a possibilidade de homogeneização nacional e de eventuais separatismos com o parcelamento territorial e, através da nova ideologia estatal, com o reforço do culto do monarca, como símbolo da unidade jugoslava, apressar a «jugoslavização» do país. Nestas medidas, os croatas viram mascarada a «ideia pan-sérvia» e a ameaça dos seus direitos históricos e nacionais, enquanto para os sérvios foram uma ameaça e o sacrifício dos seus interesses e identidade nacionais por causa do compromisso político com os croatas.

²⁸ B. Petranović, *Istorija Jugoslavije...*p. 95-98.

A ditadura provocou a actividade terrorista dos movimentos e organizações nacionalistas e separatistas, como a Organização Revolucionária da Macedónia Interior (a VRMO era a ala pró-búlgara que lutava pela integração da Macedónia na Bulgária), os *Ustachas* croatas e o Comité do Kossovo albanês. Estas organizações tinham o apoio logístico nos países vizinhos, principalmente, na Itália fascista²⁹. Reforçou-se o clericalismo, em particular, nas fileiras da Igreja Católica que nunca teve simpatias pelo novo Estado (à sua frente encontrava-se um soberano que não era católico) desde a sua fundação, apesar das tentativas do regime de conseguir, através concessões, se não as simpatias, pelo menos uma relação neutral do clero. O conflito nas relações do Estado e as Igrejas, desta vez, com a Igreja Ortodoxa Sérvia foi bastante forte, em meados dos anos 30, por causa da intenção do governo de Milan Stojadinovitch de assinar uma concordata, em 1935, com o Vaticano.³⁰

O Partido Comunista da Jugoslávia (PCJ)³¹ estava na clandestinidade e sujeito à repressão policial. A análise da direcção do partido foi de que, seguindo a apreciação da situação na Jugoslávia feita pelo Comintern, a ditadura tinha criado a necessária situação de crise para o levantamento armado e o derrubamento do regime. Esta avaliação custou ao PCJ, entre 1929 e 1932, mais de 400 dos seus membros que foram mortos ou foram presos em acções policiais.³²

A ditadura foi atenuada, em 1931, com a introdução do regime de «constitucionalidade limitada» e a promulgação da «*Constituição Real*». Que esta solução não trouxe uma saída qualitativa para a crise, mostraram bem as eleições para a renovação da Assembleia, nas quais só houve uma lista (governamental), enquanto foi boicoteada pela oposição sérvia, croata e eslovena. A ditadura e o terror policial contra a oposição, estudantes e a esquerda são criticados pelos chefes dos partidos políticos e os principais intelectuais. Os partidos da oposição, tanto croatas como sérvios, reivindicaram profundas reformas constitucionais e a federalização do país. O auge da crise e a sua radicalização foi atingido com o atentado contra o rei Alexandre que foi executado, em Marselha (9/Out./34), por extremistas croatas e macedónios³³. Em

²⁹ V.: Stefan Troebst, Mussolini, Makedonien und die Mächte 1922-1930. Die Innere Makedonische Organisation in der Südosteuropapolitik des Faschistischen Italien, Köln, 1987.

³⁰ Lhubodrag Dimitch, A Política Cultural do Reino da Jugoslávia (1918-1941), II, p. 315-486.

³¹ Em 1929, teria cerca de 3500 membros, B. Petranovitch, História da Jugoslávia ..., p. 99.

³² *Ibidem*, p. 100-101.

³³ Stevan K. Pavlowitch, The Balkans, p. 277.

nome do rei Pedro II, menor de idade, governou uma regência, tendo à sua frente o regente Paulo³⁴.

Sob a sombra do terror policial, as eleições realizaram-se em 5 de Maio de 1935 e levaram ao poder – com um novo boicote da oposição conjunta sérvia e croata – o pragmático Milan Stoiadinovitch (no poder até 1939), que paralelamente ao sucesso na restauração da economia gravemente abalada durante a grande crise económica, iniciou também a viragem na política externa do até então principal apoio externo da Jugoslávia, a França, em direcção à Itália (que, por causa da sua política irredentista em relação à Dalmácia, era a maior ameaça externa) e a Alemanha, países que eram também os parceiros económicos mais importantes. A tentativa de consolidação interna foram as conversações acerca da solução da questão croata entre o governo e o líder do maior partido croata, o Partido Camponês Croata. Em fins de Agosto de 1939, delas resultaram a criação da Banovina da Croácia com um alargado estatuto autónomo no quadro do Estado jugoslavo. As fronteiras da Banovina, que era um *corpus separatum* dentro do Estado jugoslavo, abrangeram também territórios que nunca tinham sido croatas, nem na sua população havia uma maioria croata³⁵. Todavia, isso provocou insatisfação particularmente nas regiões sérvias do Estado onde a criação da *Banovina* croata, dentro das suas fronteiras vivia um grande número de sérvios, foi considerada como resultado duma chantagem política, à qual se deveria responder com a definição da fronteira do espaço étnico sérvio e a criação de uma unidade sérvia semelhante³⁶.

Desde o fim da I Guerra Mundial, a Jugoslávia fez alianças com os Estados que tinham problemas políticos externos com o bloco revisionista na Europa Central e Sudeste (Alemanha, Áustria, Hungria e Bulgária). Durante a primeira metade dos anos vinte, surgiu a Pequena *Entente* (Reino dos SCE, Checoslováquia e Roménia). Esta estava ligada à França através de um sistema de acordos bilaterais e representava, por um lado, uma defesa contra a restauração dos Habsburgos e o restabelecimento da influência alemã, por outro lado, um «cordão sanitário» ao alargamento da influência soviética no Ocidente. Uma função semelhante tinha o Pacto Balcânico (Roménia, Turquia, Jugoslávia e Grécia) como parte do sistema de segurança europeu. A penetração da Alemanha nazista no Sudeste depois do «*Anschluss*» da Áustria (quanto se tornou vizinha nortista da Jugoslávia) e o Acordo de Munique de 1938 (que destruiu

³⁴ Paulo Karadjordevitch era primo do rei Alexandre.

³⁵ Baranha, Bósnia i Hertsegovina e partes da Batchka.

³⁶ Lhubodrag Dimitch, « *O Club Cultural Sérvio e a reorganização do Estado jugoslavo* », Književnost (Literatura), 9-10/1993, pp. 858-903.

a Checoslováquia, aliada jugoslava), como também a ocupação italiana da Albânia significou o cerco do Estado jugoslavo. Uma melhoria da situação foi tentada com o estabelecimento de relações com a URSS (1940). A sistemática pressão político-económica dos estados do Eixo – à qual se juntaram, no início de 1941, todos os vizinhos países balcânicos (excepto a Grécia) com a entrada no Pacto Tripartido e a garantia insuficiente da Grã-Bretanha quanto à ajuda militar após a derrota da França – levaram à assinatura da entrada da Jugoslávia (25/Mar./41) no Pacto Tripartido. Dois dias mais tarde, seguiu-se um golpe de Estado anti-Eixo, apoiado pelos britânicos, que derrubou o governo que assinou o Pacto Tripartido. A reacção de Hitler foi ordenar um ataque militar contra a Jugoslávia (e Grécia), em 6 de Abril, e sua destruição³⁷.

III

A II Guerra Mundial foi a prova maior e mais trágica até ao vórtice do caos generalizado da crise política e da guerra no qual a «segunda» Jugoslávia terminou a sua existência como Estado e desapareceu da História. A destruição e a divisão do seu território, em 1941, por parte dos países do Eixo e os colaboracionistas nacionais, não acabaram com a continuidade da Jugoslávia como Estado e segundo o direito internacional. A rápida derrocada militar, acompanhada da actuação das forças separatistas (na Croácia, Macedónia e entre as minorias albanesa, alemã e húngara), conduziu, em 17 de Abril, à capitulação do exército jugoslavo e a partida para o exílio do governo e o rei. Parte do território foi incorporada (formalmente e de facto anexada) pela Alemanha (a região do Norte da Eslovénia), a Itália (a parte sul da Eslovénia, parte da Dalmácia com as ilhas, Montenegro, Kosovo e a Macedónia ocidental como partes do protectorado italiano «Grande Albânia»), a Bulgária (a parte sul e oriental da Sérvia e a Macedónia oriental e central), e pela Hungria (região de Batchka e de Baranha e Medjumurie). A Sérvia foi sujeita a um regime de ocupação militar alemã, obrigada a pagar contribuições e a manutenção das forças de ocupação. No quadro da Sérvia, ficou formalmente o Banat sérvio, onde o poder foi entregue à minoria alemã³⁸. No território da Croácia, Bósnia e Hertsegovina e Srem oriental (região próxima de Belgrado) foi criado o fantoche Estado Independente da Croácia, à frente do qual se encontraram

³⁷ Klaus Olshausen, *Die deutsche Politik gegenüber Jugoslawien und Griechenland vom März bis Juli 1941*, DVA, Stuttgart, 1973, pp. 45-130. Stevan K. Pavlowitch, *The Balkans*, p. 311, 312.

³⁸ *Les systemes d'occupation en Yougoslavie 1941-1945*, Belgrade 1963; Ferdo Čulinović, *Okupatorska podjela Jugoslavije*, Beograd 1970.

os membros do movimento fascista *ustacha*, que imediatamente começaram um terror maciço e o genocídio dos sérvios, judeus e adversários políticos³⁹. Além da liquidação maciça por todo o Estado *ustacha*, em Agosto de 1941, foi criado o sistema de campos da morte de Iasenovats que funcionou até princípios de Maio de 1945. Nele foram mortos, segundo diversas avaliações, de 40 000 (para vários autores croatas) a mais de 500 000 pessoas numa avaliação oficial pós-guerra das autoridades jugoslavas⁴⁰. Do terror *ustacha*, fugiram para a Sérvia cerca de 400 000 refugiados sérvios⁴¹.

Desde o Verão de 1941, o território jugoslavo tornou-se também arena de um movimento de resistência contra as forças de ocupação e dos colaboracionistas nacionais. No início desse Verão, na Sérvia, surgiram organizados dois movimentos de resistência ideologicamente opostos: o movimento dos *partizans* (Movimento Popular de Libertação) sob o comando do PCP e o movimento monárquico dos *tchétniques* (Exército Jugoslavo na Pátria). A cooperação destes dois movimentos e seus comandantes, Iosip Broz Tito (ao mesmo tempo secretário-geral do PCJ) e o coronel Dragoljub Mihailovitch (a partir do começo de 1942, general e ministro do Exército no Governo no Exílio⁴²) e a luta contra as forças de ocupação e colaboracionistas foi curta e terminou no fim do Outono com confrontos que se transformaram numa aberta guerra civil. Às ações das unidades dos *partizans* e *tchétniques* (no Verão e Outono, na Sérvia Ocidental houve uma extensa região libertada), as forças de ocupação reponderam com represálias: até ao fim de 1941, as unidades militares alemãs fuzilaram algumas dezenas de milhares de «*reféns*» civis por toda Sérvia e destruíram um grande número de localidades. Até à Primavera de 1942, na Sérvia, as forças de ocupação mataram mais de 80%

³⁹ Ladislaus Hory-Martin Broszat, *Der kroatische Ustascha-Staat, 1941–1945*, Stuttgart 1966; Fireta Jelić-Butić, *Ustaše i NDH*, Zagreb 1977.

⁴⁰ As mais recentes investigações confirmaram os nomes de 144 000 vítimas de Iasenovats (A. Miletitch, *Campo de Concentração de Iasenovats*, documentos, I, II, Belgrado-Iasenovats, 1986) ou de 78 186 (dados do Museu do Genocídio e do Instituto Federal de Estatística, 1997); E. Pris, *Genocide in the Sattelite State of Croatia 1941-1945. A Record of racial and religious persecution and massacres*, Chicago (II.), 1962.

⁴¹ Slobodan D. Milošević, *Izbeğlice i preseljenici na teritoriji okupirane Jugoslavije 1941-1945*, Beograd 1981; Milan Ristović, «Zwangsmigrationen in den Territorien Jugoslawiens im Zweiten Weltkrieg: Pläne, Realisierung, Folgen». In *Zwnagsmigrationen im mitleren und östlichen Europa. Völkerrecht-Konzeptionen-Praxis (1938-1950)*, Mainz 2007, pp. 309-332.

⁴² V.: Jozo Tomasevic, *The Chetniks, War and Revolution in Yugoslavia 1941-1945*, Stanford, Cal., 1975; Iovan Marianovitch, *Draja Mihailovitch entre os Britânicos e os Alemães*, Zagreb-Belgrado, 1979.

dos judeus sérvios⁴³. No Inverno de 1942, as tropas húngaras praticaram maciços crimes contra os sérvios e judeus em Novi Sad e localidades vizinhas. Na Croácia e Bósnia e Hertsegovina, os massacres foram da população sérvia e provocaram uma resistência espontânea que se transformou, no Verão de 1941, num maciço levantamento armado⁴⁴.

Nos meios nacionais e religiosos mistos na Bósnia e Hertsegovina, Sandjak e Montenegro, a guerra civil teve também a particular dimensão de se transformar numa cruzada vingativa contra o vizinho⁴⁵. Juntamente a um ambicioso programa social e da mudança do «*antigo poder*» e o ajuste de contas com os «traidores nacionais», o movimento dos *partizans* e os comunistas apresentaram, como alternativa ao extermínio nacional, a palavra de ordem da «*Fraternidade e Unidade*», a igualdade de direitos nacionais e o reconhecimento dos direitos nacionais (até então não reconhecidos) aos macedónios e montenegrinos. Igualmente, este movimento era compacto ideologicamente, centralizado militar e politicamente, e muito mais activo e eficaz. Desde o começo da guerra, os comunistas iniciaram também a formação de órgãos paralelos do Poder Local (com funções mais simbólicas do que reais), mostrando que não tinham intenções de lutar pela restauração do antigo regime. Abriu-se uma ruptura política com o governo real e a monarquia, que foram acusados de «*traição e fuga do país*» e de apoio ao movimento monárquico-nacionalista *tchétnique*, que em determinadas partes do país colaborava com as forças de ocupação (principalmente, italianas) em acções contra os comunistas, que realizaram, em fins de Novembro de 1942, a Primeira Sessão da Assembleia Antifascista de Libertação Popular da Jugoslávia. O programa político foi claramente definido, um ano mais tarde, na segunda sessão deste parlamento *partizan* (coincidiu com a realização da Conferência de Teerão), quando foi proclamado como órgão superior legislativo e executivo e decidiu a formação de um governo, a constituição da Jugoslávia em princípios federativos, proibiu o regresso do rei até à resolução final da questão do futuro governo. Apesar de crises e perdas, continuou o aumento dos efectivos militares do movimento *partizan*, principalmente, após a capitulação da Itália.

Com uma vasta actividade político-propagandista e apoios dos Aliados – muito maior por parte do Reino Unido do que pela URSS –, o movimento

⁴³ Walter Manoschek, *Serbien ist judenfrei. Militärische Besatzungspolitik und Judenvernichtung in Serbien 1941-1942*. München 1993.

⁴⁴ B. Petranovitch, *A História...*, p. 217-253.

⁴⁵ Enver Redjitch, *As relações nacionais na Bósnia e Hertsegovina (1941-1945)*, Sarajevo, 1989.

partizan não só eliminou o principal adversário político (o movimento *tchétnique*), durante o Outono de 1944, mas também pôs em dúvida a posição do legítimo, mas ineficaz governo real, no qual, durante a guerra, continuaram e agravaram-se os conflitos nacionais. O governo real, em cuja chefia se encontrava, em início de Junho, o *ex-ban* croata, Ivan Chubachitch, foi obrigado, devido às pressões britânicas e soviéticas, a substituir (Jun./44) o general Mihailovitch do cargo de ministro do Exército e iniciar conversações com Tito acerca da futura cooperação. No Outono desse ano, as unidades *partizans* com o apoio do exército soviético começaram as operações da libertação da Sérvia, tendo libertado, em 20 de Outubro, Belgrado. A luta pela libertação de todo o território jugoslavo só terminou em meados de Maio de 1945. Igualmente, foram sufocadas tentativas de revoltas no país e liquidados os restos de diversas formações colaboracionistas, assim como de grupos que efectuaram incursões de países vizinhos, depois da guerra, no território jugoslavo⁴⁶.

Após quatro anos de guerra, as perdas jugoslavas elevaram, segundo dois recentes estudos demográficos, a cerca de 1 150 000 mortos. As destruições foram avaliadas em 46,9 mil milhões de dólares (de 1938) e elevaram-se, por exemplo, a 20,5% do património imobiliário, 60% dos efectivos pecuários e 50% das indústrias metalúrgica, química, têxtil e de madeiras.

Com cerca de 12 000 membros (1941), o PCJ saiu da guerra com uma organização maciça de 141 000 membros, dos quais, os jovens eram a grande maioria. Tornou-se na principal força política que, já durante o ano de 1945, tinha vencido completamente o que restava dos *ex-partidos* políticos; foram liquidados ou presos os restantes adversários ideológicos e da guerra e tomaram o poder nas suas mãos⁴⁷.

IV

O novo sistema político-ideológico, baseado na ideologia comunista, apesar das proclamações para o derrubamento do «*Velho Estado*», foi obrigado para construir a sua legitimidade jurídica internacional a servir-se dos fundamentos que foram postos pelo Reino da Jugoslávia. O curto período dos primeiros anos do pós-guerra, durante o qual a Jugoslávia foi o membro mais importante

⁴⁶ No início de 1945, foi sufocada a revolta dos colaboracionistas albaneses no Kossovo e, durante 1945 e 1946, foram liquidados grupos *ustachas*, vindos da Áustria, como também a maior parte dos últimos grupos de *tchétniques*, B. Petranovitch, *Istorija Jugoslavije*, pp. 435-436.

⁴⁷ Em 1946, o chefe dos *tchétniques*, Draja Mhailovitch, foi preso e, em Março desse mesmo ano, condenado à morte.

e, ideologicamente, o mais seguro do grupo dos países da «democracia popular», actuando e apoiando no plano internacional os objectivos gerais da política da URSS, terminou numa ruptura, no «congelamento» das relações e no isolamento provocados pelo conflito em redor do Cominform. Igualmente, as suas pesadas consequências económicas e políticas conduziram a uma gradual e forçada reviravolta para o Ocidente, acompanhada de uma política diferente e mais autónoma⁴⁸. A nova situação na política jugoslava impôs a necessidade de, na carta política do mundo da Guerra Fria, descobrir muitas mais «*nuanças*» e procurar para si um lugar numa espécie de espaço político-ideológico e geoestratégico intermediário. A cooperação político-económica e militar da Jugoslávia socialista com os Estados que pertenciam ao bloco ocidental foi, não só, um fenómeno raro nos tempos das graves relações entre os dois irreconciliáveis blocos ideológicos, mas também, fala por si da particularidade do «*caso jugoslavo*».

Diferente dos outros Estados balcânicos, onde o processo da «*transição de poderes*» e duma tática «*coabitação*» com alguns partidos burgueses durou até 1948, os comunistas jugoslavos chegaram ao monopólio do Poder, afastando os últimos restos dos «*antigo Poder*» até fins de 1945, quando em Novembro foi abolida a monarquia e proclamada a República Federativa Popular da Jugoslávia.

Isto significou também a fim da continuidade constitucional com o Reino, que se manteve entre 1943 e 1945, antes de tudo pela pressão do factor exterior. A federação jugoslava tinha seis repúblicas – uma por cada «*nação constituinte*», enquanto a República da Sérvia era formada pela região autónoma da Voivodina, o território autónomo do Kossovo e Metohia (depois, também, região) e a «*Sérvia Central*» (Vd. Anexo-III). Esta estrutura da Sérvia foi o resultado da posição da direcção jugoslava que ali encontrou uma particular «*situação histórica e étnica*» nestes territórios, embora invocando a mesma situação (composição multiétnica e particularidade histórica local), o mesmo se podia aplicar em quase todas as repúblicas jugoslavanas⁴⁹.

Em 1946, a primeira Constituição do novo Estado (1946), segundo o modelo soviético da «*Constituição de Staline*», definiu-o como federal – tinha também 6 repúblicas: Eslovénia, Croácia, Bósnia e Hertsegovina, Sérvia,

⁴⁸ Tchedomir Chetrbats, *A Jugoslávia e as relações entre os países socialistas*, Belgrado, 1975; Leo Mates, *As relações internacionais da Jugoslávia Socialista*, Belgrado, 1976; Dragan Boguetitch, *As relações jugoslavo-americanas (1961-1971)*, Belgrado, 2012.

⁴⁹ Depois da II Guerra Mundial, foi recusada a reivindicação de ser concedida a autonomia aos sérvios na Croácia.

Montenegro e Macedónia – e sendo uma república popular, cuja «*comunidade de povos com igualdade de direitos*» exprimiu «*livremente a vontade de ficar unida na Jugoslávia*». Foi proclamado a separação entre o Estado e as Igrejas que ficaram sem influência na instrução e a maior parte dos bens. O primeiro presidente do governo e comandante supremo das forças armadas foi Iosip Broz Tito⁵⁰, o líder dos comunistas jugoslavos. Com a introdução do sistema unipartidário, o Partido Comunista da Jugoslávia tornou-se a força político-ideológica decisiva que exerceu uma influência terminante nas direcções dos desenvolvimentos do Estado e da sociedade jugoslavos. Começaram os processos de nacionalização da propriedade privada, foi efectuada a Reforma Agrária (depois seguiu-se a colectivização que foi abandonada rapidamente), introduziu-se a economia planificada e iniciaram-se planos ambiciosos para a restauração, a modernização e a industrialização da economia, que tinha ficado quase destruída pela guerra. A rápida industrialização provocou um grande afluxo da população rural para as cidades, aumentando o número dos seus habitantes e criando problemas por causa da falta de habitações e das necessárias infra-estruturas.

Nos primeiros anos após a II Guerra Mundial, a nova Jugoslávia tinha um dos maiores exércitos em número de soldados no activo (cerca de 600 000), cujo equipamento e manutenção exigia grandes recursos financeiros ao país. Contudo, nos últimos decénios do Estado jugoslavo, a indústria militar representou um dos sectores industriais mais importantes devido às suas exportações. As forças armadas e o corpo de oficiais reflectiam a estrutura nacional e foram um dos principais apoios do poder pessoal de Tito. Mas, apesar do «monolitismo» ideológico e político, neles se repercutiam todos aqueles problemas que se abatiam sobre os outros segmentos da sociedade e, no início dos anos 90, chegou-se à desintegração do Exército Popular Jugoslavo através das «costuras nacionais». Então, os «mais fiéis defensores da comunidade socialista jugoslava de povos irmãos» de outrora foram os fundadores dos novos e beligerantes exércitos das repúblicas secessionistas⁵¹.

No período imediato à II Guerra Mundial foi caracterizado pelas tensões em redor às fronteiras do norte do país, ingerência na guerra civil na Grécia, recusa do Plano Marshall, no total apoio da União Soviética e as tentativas

⁵⁰ Iosip Broz Tito (1892-1980), croata e, desde 1937, secretário-geral do PCJ. Em Julho de 1941, na Sérvia, assumiu o comando do levantamento armado, como comandante-chefe do Movimento de Libertação Popular.

⁵¹ Acerca do exército jugoslavo como factor político: Mile Bieliáts, *A experiência jugoslava com um exército multiétnico*, Belgrado, 1999.

com vista à formação de uma «Federação Balcânica» com a Bulgária e Albânia. Investigações sérias mostram que o conflito Staline-Tito que surgiu no Verão de 1948 e conduziu a um quase total rompimento de relações durante vários anos da Jugoslávia com a URSS e os outros países do bloco soviético, teve um carácter mais de «*conflito familiar*» do que uma qualquer discórdia ideológica nos bastidores entre o modelo soviético e jugoslavo de socialismo⁵². De resto, até 1948, a Jugoslávia foi considerada, sob o ponto de vista político-ideológico, como o membro mais firme e forte do grupo dos países da «*democracia popular*». Para o conflito, antes foram decisivas as dúvidas de Staline quanto às intenções de Tito de se tornar no líder regional dos países socialistas dos Balcãs e a existência de tais ambições na direcção política jugoslava. O conflito com a URSS e os países do Cominform provocou um aumento da repressão em relação ao «*inimigo interior*», entrando então nessa categoria – em lugar do «*inimigo de classe*» do antigo regime e membros de diversas formações políticas e militares inimigas durante a guerra – muitos dirigentes e membros do PCJ, oficiais do Exército Jugoslavo, representantes da administração estatal e local, veteranos *partizans* e outros. Entre 1948-1953, foram presas mais de 55 000 pessoas, das quais, um grande número esteve preso no recém-formado campo para «*stalinistas*» na Goli Otok (Ilha Nua) no Mar Adriático⁵³.

Nos anos seguintes, a escalada do conflito teve como consequência o início da discussão nas mais altas instâncias jugoslavas acerca da necessidade de se encontrar um modelo político que respondesse melhor à nova situação, da qual, a partir de 1950, resultaram reformas que tiveram como objectivo a criação do «*socialismo autogestionário*». No congresso do Partido, em 1952, o PCJ passou a designar-se Liga dos Comunistas da Jugoslávia, reclamou-se que se apoiasse o processo de separação do Partido do poder do Estado e houvesse uma mudança de método na actuação dos comunistas. Em 1953, a autogestão foi aprovada pela lei constitucional como base de todo o sistema social. Foi abandonada a prática da colectivização obrigatória e amnistiados os camponeses condenados por resistência à imposição da venda dos seus produtos. Este sistema recebeu uma estrutura ainda mais complexa com a Cons-

⁵² Milovan Djilas, *Gespräche mit Stalin*, Frankfurt am Main, 1962; Jeronim Perović, «*Tito Stalin Split. A Reassessment in Light on New Evidence*», *Journal of Cold War Studies* 9:2 (Spring 2007) pp. 32-63; Jože Pirjavec, «*Tito Stalin Split*», Lars Baerentzen (et al.ed.), *Studies in the History of the Greek Civil War 1945-1949*, Copenhagen, 1987, pp. 309-316.

⁵³ Dragoslav Mihailovitch, *A Ilha Nua*, 5 vol., Belgrado 1990-2012.

tuição de 1963 que foi chamada popularmente a «Carta da Autogestão», que se deveria aplicar em todos campos e níveis da vida quotidiana.

O isolamento por parte do Leste e a difícil situação político-económica obrigaram a direcção política jugoslava a procurar ajuda no até então chamado «*Ocidente imperialista*». Em 1953, a Jugoslávia assinou um acordo de cooperação político-militar com Grécia e Turquia, membros do OTAN⁵⁴. No começo da Guerra Fria, o «salto» jugoslavo do bloco soviético foi um ganho estratégico e, nos anos seguintes, com a ajuda financeira, política e militar do Ocidente⁵⁵, a Jugoslávia conseguiu superar a crise provocada com o conflito com a URSS, criando para si, ao mesmo tempo, um espaço para um complexo papel político internacional que jogará durante toda a Guerra Fria.

A oscilação da política externa jugoslava entre a cooperação com o Oeste e Leste – as relações normalizaram-se, em Maio de 1955, com a visita de uma delegação soviética a Belgrado – entrelaçou-se com o nascimento do projecto de política externa mais ambicioso da Jugoslávia socialista: a criação do movimento não-alinhado que repartiu com a Índia e Egipto. Em Belgrado (Set./61), realizou-se a «*Conferência de Chefes de Estado ou de Governo dos Países fora dos Blocos*» com a presença de 25 países. O movimento, que deveria reunir um grupo cada vez maior de países (antigas colónias recém-independentes), foi pensado, em particular pela parte jugoslava, como uma alternativa à divisão por blocos e uma força crescente na cena internacional. Isto foi, de certa maneira, uma viragem da Jugoslávia para os problemas globais e a «*política mundial*». Esta prática e (auto-imposto) papel foram demasiado difíceis para um país com essas forças, grandeza e a sua real importância, mas foi a especificidade da «*via jugoslava*» que a tornou possível na constelação existente nas relações leste-oeste (e com a sua aceitação tácita). A presença da Jugoslávia na cena internacional foi muito notável, tanto pela intensidade da sua actuação na política externa e no movimento não-alinhado, na ONU, como nas relações nos Balcãs, principalmente, durante os anos de 1960 e 1970. Também, Belgrado foi local de algumas reuniões internacionais importantes, como a citada Conferência de Chefes de Estado ou de Governo

⁵⁴ John O. Iatrides, *Balkan Triangle. Birth and Decline of an Alliance across ideological Boundaries*, The Hague-Paris, 1968.

⁵⁵ « [Esta] ajuda estrangeira no período 1949-1965, que se calcula em cerca de 30 mil milhões de dólares (EUA), foi dada para a estabilidade da Jugoslávia em função da política internacional das grandes potências ocidentais, em primeiro lugar, dos Estados Unidos da América. », Branko Petranovitch, Momtchilo Zetchevitch, *A Agonia das duas Jugoslávias*, Belgrado, 1991. Embora, sem menção dos autores, outros citam este cálculo como «segundo os preços de 1985».

dos Países fora dos Blocos (1961) e a Conferência da Segurança e Cooperação Europeias (1977-78).

Uma relação crítica em relação à política das grandes potências, em alguns dos momentos importantes da história das relações internacionais do pós-guerra, como foi o caso durante a intervenção das forças do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia (1968) ou da política americana no Sudeste da Ásia, também mostra a existência de uma «*individualidade*» reconhecida e uma estruturada doutrina de política externa no Estado jugoslavo. Não se deverá subestimar, de modo nenhum, a forte influência, nem a grande ambição de Iosip Broz Tito, o longevo e o omnipresente presidente jugoslavo e líder do PCJ, que teve sempre a última palavra a dizer na aprovação de todas as decisões mais importantes da política externa⁵⁶.

Este incontestável papel da Jugoslávia nas relações internacionais estava cada vez mais desfasado em relação aos problemas interiores. A aceleração do processo da dissolução do Estado e um maior impulso da crise para os quais o sistema existente – excepto o apelo a gastas frases ideológicas e à continuação das contradições no país – não tinha uma resposta, influenciaram inevitavelmente também na queda do seu prestígio internacional. O Estado jugoslavo que foi sujeito das relações internacionais desde os finais dos anos oitenta e, principalmente, após o começo da metástase guerreira da sua desintegração no início da década de noventa do século passado, tornou-se o seu problema e objecto mais sério, que perdeu igualmente o sua até então identidade política a nível internacional. O começo da solução do drama jugoslavo, não devemos esquecer, coincidiu com as enormes mudanças, que foram provocadas pelo fim da Guerra Fria, com a unificação da Alemanha, o colapso da URSS e todas as mudanças geoestratégicas e de relações políticas ocorridas na Europa e no mundo em fins dos anos 80 e seguintes⁵⁷.

O «*amolecimento*» ideológico pela abertura do país perante o mundo, o alargamento das liberdades pessoais dos cidadãos, diminuição da directa ingerência e da direcção do Partido na economia e a liberalização interna durante os anos 50 e 60 tiveram efeitos positivos na melhoria das condições de vida, no progresso económico e na modernização da economia do país (Vd. Anexos-IV,V). Todavia, estas mudanças abriram muitas (velhas) questões de natureza política para as quais o regime não conseguiu dar respostas adequadas. Também, são tempos de uma rápida urbanização e grandes migrações do campo para as cidades industrializadas, mas, ao mesmo tempo, do aparecimento de

⁵⁶ Ranko Petkovitch, *A Jugoslávia não-alinhada e o mundo contemporâneo*, Zagreb, 1985.

⁵⁷ Ranko Petkovitch, *A Jugoslávia e o mundo na era pós-bipolar*, Belgrado, 1998.

novos problemas sociais e económicos⁵⁸. Igualmente, continuam bem presentes as grandes diferenças regionais no desenvolvimento, apesar dos enormes meios que o Estado investiu nas regiões não desenvolvidas (Kosovo, Macedónia e Montenegro). Nos anos da «*Reforma Económica*» (1965), foi efectuada a terceira denominação e desvalorização da moeda nacional, o dinar, depois da II Guerra Mundial, verificando-se também um grande aumento inflacionista dos preços. Neste período, começou o início da saída maciça de mão-de-obra para os países ocidentais, o que foi uma forma de diminuir as tensões sociais e uma fonte de divisas, apesar das dúvidas ideológicas acerca da rectidão desta política. Segundo os dados estatísticos oficiais, em 1971, 671 000 trabalhadores jugoslavos estavam no estrangeiro, mas outras fontes afirmavam que havia ainda mais 100 000 trabalhadores no chamado «trabalho temporário no estrangeiro»⁵⁹. Estas dúvidas acabaram justificadas por razões pragmáticas.

A substituição do vice-presidente Aleksandar Rankovitch (1966), acompanhada de uma grande depuração dos serviços de segurança, sob a acusação de que actuava fora do controlo do Partido com o objectivo de controlar toda a vida social do país, provocou uma séria crise política. Os políticos albaneses do Kosovo surgiram, invocando o direito à autodeterminação (1967), com reivindicações de direitos mais alargados nas decisões na Região Autónoma o que anunciou a abertura desta questão. Ao mesmo tempo, as disputas dos linguistas croatas e sérvios em redor da designação e a posição da língua comum foram condenados pelo Partido como nacionalistas. Entretanto, instituições partidárias e estatais apoiaram a separação da Igreja Ortodoxa na Macedónia do Patriarcado de Belgrado. Entre os acontecimentos que se seguiram, em 1968, devem ser mencionados: a revolta estudantil, em Junho, que fez parte dos movimentos estudantis na Europa e criticou a alienação da burocracia partidária e estatal («*a burguesia vermelha*»), exigindo melhores condições de vida, que Tito acalmou com falsas promessas, dando razão aos estudantes (pelo que, mais tarde, os dirigentes da revolta foram presos e condenados); e, em Novembro, a revolta separatista albanesa no Kosovo. Estes foram dois indicadores dos problemas do regime jugoslavo. As emendas constitucionais de fins de 1968 – principalmente, o alargamento das competências políticas das regiões autónomas da Sérvia – conduziram ao enfraquecimento da federação e ao reforço da autonomia das repúblicas. A seguinte modificação dos

⁵⁸ Após 1945, esta migração do campo para a cidade foi de cerca de 8 milhões de jugoslavos.

⁵⁹ Vladimir Ivanović, *Emigrantes jugoslavos na RFA e na Áustria (1965-1973)*, Belgrado, 2012.

estatutos autonómicos na Sérvia (Kosovo e Voivodina) conduziu a uma maior independência das instituições da República da Sérvia, recebendo o estatuto de «*elementos constituintes da federação*», o que encontrou a oposição e a crítica na Sérvia. Nestas mudanças estiveram também as repercussões demográficas, especialmente no Kosovo – o centro histórico do Estado medieval sérvio – onde a população albanesa, por causa da sua grande natalidade e rápido aumento da saída dos habitantes de outras nacionalidades, atingiu os 67%, enquanto a percentagem dos sérvios e montenegrinos baixou para 23%. O agravamento das relações políticas e entre as nacionalidades, como também a má situação económica no Kosovo, onde o PIB *per capita* ascendia a 59% da média do país, tiveram influência, nos seguintes dois decénios, na radicalização da situação sociopolítica nesta parte da Sérvia⁶⁰.

O reforço do nacionalismo e das tendências separatistas por um lado e as reivindicações para a liberalização e reformas do sistema autoritário provocaram um novo golpe de crise no início de 1970. A vaga de manifestações nacionalistas na Croácia, juntamente com a tolerância e cooperação de parte da direcção do Partido nesta república, conduziu a uma reacção de Tito que, em Dezembro de 1971, a condenou como uma «*política nacionalista e separatista*». Isto provocou expulsões maciças de militantes, mudanças e demissões de dirigentes partidários na Croácia, como a prisão e condenação de alguns dos chefes (Franho Tudjman, Bruno Buchitch, Vlada Gotovats, Marko Veselitsa e outros) do «*movimento de massas*», como era chamado, mas também ao aparecimento de extremistas e a entrada de grupos terroristas no país e ataques a representações diplomáticas no estrangeiro. Como para «*contrabalançar*» os acontecimentos na Croácia, do topo do Estado e da LCJ foi orquestrado um ataque, depois de uma carta aberta de Tito, aos dirigentes da Sérvia por liberalismo, «*tendências tecnocratas*» e «*tolerância do nacionalismo*», o que provocou, em Novembro de 1972, uma vaga de substituições e demissões na direcção partidária na Sérvia (Latinka Perovitch, M. Nikezitch, Kotcha Popovitch e outros).

Com a Constituição de 1974 continuou o processo confederativo da Jugoslávia e as competências do Estado Federal foram definidas de forma pouco clara. A Jugoslávia foi proclamada como um Estado baseado no «*Poder dos trabalhadores e na autogestão da classe operária, autonomia socialista dos trabalhadores, cidadãos e povos e nacionalidades com direitos iguais*». As

⁶⁰ Duchan Batakovitch, *Le Kosovo-Metohija dans l'histoire serbe*, Lausana, 1990 ; *ibid.*, *Kosovo. Un conflit sans fin?*, Lausana, 2008 ; *ibid.*, *Serbia's Kosovo Drama. A Historical Perspective*, Belgrado, 2012.

regiões autónomas sérvias da Voivodina e Kossovo receberam o estatuto de «*elementos constituintes da Federação*» com amplas competências. Um artigo da Constituição proclamou Iosip Broz Tito como presidente «*sem limitação de mandato*». Foi introduzido um órgão colectivo: a Presidência da RSFJ com 9 membros (um por cada república e região autónoma, e um da LCJ).

Até à morte de Tito (1980), os problemas políticos e económicos não foram resolvidos, mas sim começaram a agravar-se durante o último decénio da existência do Estado comum (Vd. Anexo- VI). A Presidência que «*sucedeu*» a Tito, cada membro tinha um ano de mandato à sua frente e não conseguiu impedir muito mais o rápido processo de desintegração que tocou todas as estruturas estatais e partidárias. Os estreitos interesses político-económicos de cada região, a incompetência, a selecção negativa na eleição dos quadros dirigentes, «*a chave nacional*», as tendências separatistas e o crescente nacionalismo, juntamente a problemas económicos cada vez maiores, foram os sintomas que apontavam para a profundidade da crise jugoslava. Até a uma nova abertura e radicalização da crise do Kossovo chegou-se, em 1981, após maciças manifestações nacionalistas, confrontos dos manifestantes albaneses com a polícia e as mudanças na direcção partidária nesta região autónoma. Continuou a saída dos sérvios do Kossovo, o que provocou inquietação na Sérvia e Montenegro.

Este problema foi aproveitado também nos confrontos entre as repúblicas e nas discussões públicas ou dos bastidores. Também, foi um tempo de greves operárias, petições para a abolição de preceitos repressivos na cultura e de comissões para a defesa das liberdades de pensamento e expressão, assim como, por uma maior democratização da sociedade. Houve, ainda, os protestos dos intelectuais contra um regime incapaz de responder às questões principais, das quais dependia a sobrevivência do Estado, mas também os nacionalismos estavam cada vez mais presentes nas relações inter-repúblicas, juntamente, a violentas discussões acerca das alterações constitucionais e do aparecimento das igrejas na cena política. As direcções das repúblicas, completadas com uma nova geração de políticos, continuaram o agravamento da crise com os seus conflitos. Em 1986, Slobodan Milochevitch chegou à frente do CC da LC da Sérvia e utilizou a continuação da crise no Kossovo e a questão do estatuto constitucional da Sérvia para reforçar a sua posição. Ele conseguiu afastar da cena política sérvia, em 1987, um grupo de moderados dirigentes partidários tendo à sua frente Ivan Stambolitch, o presidente da Sérvia.

Igualmente, nas outras repúblicas da Jugoslávia, processos semelhantes eram indicadores dessa crise cada vez mais complexa, como foram, por exemplo, a campanha na Eslovénia contra o EPJ (Exército Popular da Jugoslávia),

após a qual, foram julgados os directores do jornal estudantil *Mladina*, os protestos no Montenegro seguidos da demissão dos dirigentes da República e a chegada ao poder de um grupo de jovens quadros partidários, apoiantes de Slobodan Milochevitch.

A dissolução da LCJ chegou, em 1990, no XIV Congresso (extraordinário), depois do confronto entre os delegados eslovenos e sérvios em redor da «confederalização» do Partido e da questão do Kossovo. Através da Jugoslávia, nesse ano, chegou-se à criação de novos partidos políticos, a maioria com signos nacionalistas, que vencem nas primeiras eleições efectuadas nas seis repúblicas. As alterações nas suas constituições ameaçaram a posição das minorias nacionais, como os sérvios na Croácia que perderam o seu estatuto de povo constituinte. Em Dezembro, depois de um referendo, foi proclamada a independência da Eslovénia, a que se seguiu, durante 1991, passos semelhantes nas outras repúblicas, juntamente a tentativas falhadas dos presidentes das repúblicas jugoslavas numa série de reuniões com vista a um acordo de solução pacífica. Rapidamente, chegou-se à escalada dos primeiros confrontos armados, primeiro, na Eslovénia entre a defesa territorial eslovena e o EPJ, depois, também na Croácia, onde durante 1991, explodiram confrontos armados com vastas destruições e numerosas vítimas. Estes alastraram-se à Bósnia e Hertsegovina, o que significou uma trágica agonia de vários anos nos restos do Estado jugoslavo. Os culpados, os organizadores e os executantes deste « *homicídio com premeditação* » de um Estado, depois de sete decénios de existência, são numerosos, têm os seus nomes e papéis, mas são ainda mais numerosos os participantes e observadores, não só na Jugoslávia, mas também no mundo. Estes últimos contribuíram com as suas hesitações ou acções erradas para a grandeza da tragédia jugoslava. Sobre esta complexa e longa história falou-se e escreveu-se muita coisa errada, mas também exacta. Por isso, exigem-se análises e pesquisas ainda mais profundas sobre como se chegou até à desintegração do mosaico jugoslavo.

Na sua última fase – depois do fim da guerra civil (na Croácia e na Bósnia e Hertsegovina) e do Acordo de Dayton –, foi a vez do Kossovo ocupar o lugar que sempre teve, durante toda a história jugoslava, devido ao seu grande potencial para crises.

Ali, a tensão interétnica e os conflitos entre a população albanesa e sérvia misturaram-se com a política separatista da minoria dos dirigentes albaneses, primeiramente, da LCJ e, depois, da nova geração que iniciou a revolta armada de 1998 com a instrumentalização desta questão depois da chegada ao poder de Slobodan Milochevitch com a grande mobilização nacionalista sérvia. Depois de 70 dias de grandes destruições, além de objectivos militares

e de infra-estruturas (fábricas, pontes, estradas, centrais eléctricas e meios de comunicações) e numerosas vítimas civis, os ataques da aviação da OTAN contra a Sérvia (1999) provocaram a retirada das unidades militares do Kosovo, o que teve como consequência prática a separação dessa parte do território da Sérvia e a proclamação do «Estado do Kosovo».⁶¹

Que ensinamentos se podem tirar desta experiência trágica, não só para os habitantes das ex-repúblicas jugoslavas, mas também como uma questão acerca da qual se deve pensar num contexto mais vasto ao daquele em que decorreu esta crise? Por causa destas perguntas, ela rapidamente passou as suas locais fronteiras e transformou-se num teste à capacidade (ou incapacidade) da comunidade internacional de actuar com neutralidade no seu apaziguamento e solução, como também no campo da luta dos diversos interesses políticos na nova constelação pós-Guerra Fria de forças na cena europeia e mundial.

⁶¹ A bibliografia sobre a desintegração da Jugoslávia é enorme e continua a aumentar. Esta é só uma pequena escolha de obras acerca deste tema: Glenny Misha, *The Fall of Yugoslavia. The Third Balkan War*, London, 1992; Cohen, Lenard, J. *Broken Bonds, The Desintegration of Yugoslavia*, Westview, 1993; Lampe, John, *Yugoslavia as History. Twice There Was a Country*. Cambridge, 1996; Svetozar Stojanović, *The Fall of Yugoslavia: Why Communism Failed*. Amherst, 1997; Woodward, Susan. *Balkan Tragedy. Chaos and Dissolution after the Cold War*, Washington D.C., 1995; Hayden, Robert. *Blueprints for a House Divided. The Constitutional Logic of the Yugoslav Conflicts*. University of Michigan Press, 2000; Jović, Dejan, *Jugoslavija: država koja je odumrla*. Zagreb, Beograd, 2003; Kovačević, Živorad, *SAD i jugoslovenska kriza*, Beograd, 2000; Pavković, Aleksandar, *The Fragmentation of Yugoslavia. Nationalism in a Multinational State*. London, 1997.

ANEXOS

ANEXO I – *O crescimento da população e outros dados, 1921-1981*

	1921	1931	1948	1961	1971	1981
Total da população (em 000)	12 545	14 534	15 841	18 549	20 523	22 425
Nascimentos (por 1000 hab.)	37	34	28	23	18	16
Óbitos (por 1000 hab.)	21	20	14	9	9	9
Percentagem do total da população:						
Sérvios	38	41	42	40	36	36
Croatas	24	24	23	22	20	20
Agricultura (percentagem)	79	76	67	50	38	20
Alfabetizados (percentagem)	50	55	75	79	85	91
Densidade populacional (por km ²)	49	57	62	73	80	88

Fonte: *Jugoslávia, 1918-1988, Anuário Estatístico* (Belgrado, Instituto Federal de Estatística, 1989) p. 38-44.

ANEXO II – *População por etnias e regiões geográficas, 1921 (em 000)*

	população	percentagem do total
Sérvios e Montenegrios	4 705	39
Sérvia central	2 657	
Montenegro	199	
Croatas	2 889	23,9
Croácia-Eslavónia	3 360	
Eslovenos	1 024	8,5
Eslovénia	1 055	
Muçulmanos da Bósnia	760	6,3
Bósnia e Hertsegovina	1 890	
Macedónios	630	5,3
Alemães	512	4,3

	população	percentagem do total
Albaneses	484	4,0
Húngaros	472	3,9
Turcos, Romenos e Italianos	580	4,8
Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos	11 985*	

* Dados de 1921, mais tarde corrigidos para 12 545 000 segundo Anexo I.

Fontes: *Enciclopédia da Jugoslávia*, III (Zagreb, Instituto Lexicográfico Jugoslavo, 1983), 263; Werner Markert, *Jugoslawien* (Cologne: Bohaul-Verlag, 1954), 40.

ANEXO III – População por etnias na Bósnia e Hertsegovina, Croácia e Kosovo, 1961-1991 (em %)

	1961	1971	1981	1991
Bósnia e Hertsegovina	100,0	100,0	100,0	100,0
Sérvios	42,8	37,3	32,3	31,4
Muçulmanos	25,6	39,6	39,5	43,7
Croatas	21,7	20,6	18,4	17,3
Jugoslavos	8,4	1,2	7,9	5,5
Outros	1,5	1,3	2	2,1
Croácia	100,0	100,0	100,0	100,0
Croatas	80,2	79,4	75,1	78,1
Sérvios	15	14,2	11,6	12,2
Jugoslavos	0,4	1,9	8,2	2,2
Outros	4,4	4,5	5,1	7,5
Kosovo	100,0	100,0	100,0	100,0
Albaneses	67	73,7	77,5	90
Sérvios	23,5	18,4	13,3	10
Montenegrinos	3,9	2,5	1,7	–
Outros	5,6	5,4	7,5	–

Fontes: *Jugoslávia*, 1918-1988, Anuário Estatístico (Belgrado, Instituto Federal de Estatística, 1989), 160-66; «The National Composition of Yugoslavia's Population, 1991», *Jugoslav Survey 1* (1992), 3-24.

ANEXO IV – *Estrutura profissional (1921-1931)*

	1921		1931		diferenças em percentagens
	(em 000)	%	(em 000)	%	
Agricultura, pecuária e pesca	4 840	81,1	5099	76,3	-4,8
Indústria e artesanato	509	8,5	717	10,7	2,2
Comércio, bancos e transportes	190	3,2	272	4,1	0,9
Serviços públicos, exército e profissões liberais	228	3,8	306	4,6	0,8
Outros	202	3,4	289	4,3	0,9
Total	5 969	100	6 683	100,0	

Fontes: *Enciclopédia da Jugoslávia*, III (Zagreb, Instituto Lexicográfico Jugoslavo, 1983), 349.

ANEXO V – *Indicadores socioeconómicos (1950-70)*

	1950	1960	1970
PNB (US\$) por habitante (preços de 1966)	216,0	333,0	520,0
Mortalidade infantil (por 1000 nascimentos)	118,6	87,7	55,2
Taxa de analfabetismo (% população com mais 10 anos de idade)	25,4	19,7	15,2
Habitantes por médico	3 360,0	1 474,0	1 010,0
Telefonias (por 1000 habitantes)	21,0	78,0	166,0
Automóveis (por 1000 habitantes)	0,4	2,9	35,0
<i>População</i>			
% urbana	21,0	28,0	39,0
% não-urbana	79,0	72,0	61,0
% rural	64,0	50,0	38,0

Fontes: Vinod Dubey, *Yugoslavia: Development with Decentralization* (Baltimore, Md; The Johns Hopkins University Press, 1975), 54-60 e 385-86; *Jugoslávia, 1945-1985* (Belgrado, Instituto Federal de Estatística, 1986), 52.

ANEXO VI – Comércio e dívida externos (1965-1985)

	Exportações- -importações (em milhões US\$)	Juros pagos* total (mil milhões US\$)	Conta- -corrente* balanço	Total dívida externa (em milhões US\$)
1965	-90			
1970	-958			
1975	-2 984	-1,0	-3,5	6 575
1977	-3 788	-0,7	-4,0	8 850
1979	-6 069	-1,1	-6,5	13 750
1981	-3 165	-2,4	-1,0	18 750
1983	-1 231	-2,7	0,5	18 750
1985	-588	-3,3	1,7	18 750

* Percentagem da produção de acordo com os preços correntes.

Fontes: John R. Lampe, Russell O. Prickett e Ljubiša S. Adamović, *Yugoslav-American Economic Relations Since World War II* (Durham, NC: Duke University Press, 1990), 98; Harold Lydall, *Yugoslavia in Crisis* (Oxford: Clarendon Press, 1989), 66.